

O PRESIDENTE KUBITSCHEK

Brasil Bandecchi (*)

ABSTRACT

The author met ex-President Juscelino Kubitschek de Oliveira during a congress of the Rotary Club in Poços de Caldas, State of Minas Gerais. The name Kubitschek was familiar to him: while studying the history of the Law Faculty of the University of São Paulo he discovered, in the XIXth century, this same name, a forbear of the ex-President, whom he immediately liked for being an abolitionist and a Republican. After Juscelino's tragic death, the author decided to reread his memories, which also constitute an important historical document. With these materials he drew Juscelino's profile, showing that he was a fighter, and that the difficulties his family faced after his father's early death were overcome mainly to the sacrifices of D. Júlia, his mother, a public school teacher in Diamantina. The author considers Juscelino's political rise as well as important aspects of his life.

Em Poços de Caldas, em 1952, realizou-se um Congresso Nacional do Rotary Clube ao qual compareceu o Dr. Armando de Arruda Pereira, único brasileiro a ocupar a presidência desse grêmio em nível internacional, e então prefeito de São Paulo, e eu o acompanhei como Secretário de Educação e Cultura da sua administração.

Juscelino Kubitschek de Oliveira governava Minas Gerais e não só compareceu ao conclave, como assistiu os espetáculos de ballet e concertos promovidos pelo executivo paulistano. O contato diário durante uma semana deu início a uma amizade leal, ao ponto de ele me convidar para permanecer em Minas, como seu hóspede, todo um mês e participar das solenidades relativas à Inconfidência Mineira, pois que estávamos em abril.

(*) Membro da Academia Paulista de Letras e do Conselho Administrativo do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista.



Desculpei-me em não poder ficar e, entre outras razões que dei, estava a de não ter levado camisas próprias em número suficiente para passeios e solenidades, ao que ele, muito gentil, prontamente respondeu:

— *Seu pescoço deve ter o número do meu. Ganhei uma dúzia de camisas diversas que ainda não usei. Posso lhas emprestar...*

Certo que não aceitei a generosa oferta, mas não é menos certo que gesto tão cativante e espontâneo muito me penhorou.

Poucas vezes nos encontramos depois.

Mas sempre que me viu me chamou pelo nome.

O último dia que lhe falei foi num rápido encontro na Academia Paulista de Letras, quando Nelson Palma Travassos tomou posse naquele sodalício e quando o ex-presidente, ao ser chamado ao palco, recebeu uma das maiores ovações que qualquer homem público ali teve. Terminado o ato, todos queriam cumprimentá-lo e, em meio à pequena multidão que o cercava, havia senhoras que lhe solicitavam autógrafo, o que ele com dificuldade atendia. Quando, a custo, cheguei perto de Juscelino, ele me disse:

— *Como vai Bandecchi?*

Mal pude responder, porque outros, na justificada ânsia de apertar-lhe a mão, tomaram o meu lugar.

Mesmo antes de conhecer Juscelino, o nome Kubitschek não me era estranho. Quando Afonso Schmidt publicou “A Sombra de Júlio Frank” eu era acadêmico de direito do Largo de São Francisco e escrevi um pequeno artigo sobre o livro, que veio à luz nos “Anais Estudantinos” e que René Thiollier transcreveu no n.º 22 da Revista da Academia Paulista de Letras. O assunto me interessou e resolvi fazer pesquisa sobre a Burschenschaft, vulgarmente conhecida como Bucha, e entre os estudantes predestinados — *não quero dizer bucheiros* — estava João Nepomuceno Kubitschek, que foi abolicionista, republicano e fez carreira brilhante, chegando, em Minas, a ser Senador Estadual, com o regime implantado em 1889. Dele Juscelino fala no primeiro volume do seu livro “Meu Caminho para Brasília”, mas não faz referência à sua vida como estudante em São Paulo.

Deste Kubitschek nos dá notícia Spencer Vampré em sua “Memória para História da Academia de Direito de São Paulo”.

Ele se hospedara na pensão — verdadeira república estudantil — do afamado Martiniano Rubim Cesar, homem ingênuo e simples que gos-

tava de fazer versos simples e ingênuos. Quando os jovens se reuniam num jantar um pouco mais festivo e regado com alguma cerveja ou vinho generoso, o Martiniano Rubim Cesar se fazia presente com suas inconfundíveis *rubinadas*, saindo-se com coisas assim:

“Viva o lente do primeiro ano
O Conselheiro Crispiniano!”

“Não há livro sem prefácio
Viva o José Bonifácio!”

“Toda vassoura varre cisco
Viva o nosso Martim Francisco!”

Acontece que João Nepomuceno andava atrasado com o pagamento da pensão. Rubim não teve dúvida em cobrá-lo com uma quadra:

“Já perco a paciência
Oh! seu Kubitschek
Prá cá meu dinheiro
Não seja moleque.”

E o estudante, com versos de igual quilate, respondeu:

“Não perca a paciência
Oh! seu Martiniano!
Que lhe hei de pagar;
Não seja tirano!”

Foi este o primeiro Kubitschek do qual tive conhecimento e que depois vim a conhecer melhor no livro do Presidente. Kubitschek, portanto, não me era um nome estranho quando ouvi por inteiro o nome de Juscelino. Não me era estranho não é bem o que devo dizer. Já me era simpático, isto sim, porque um seu antepassado já defendia, nas velhas arcadas que eu tanto amo, as idéias grandiloqüentes do abolicionismo e da república.

De Juscelino recebi duas cartas em 1976. Darei conhecimento da primeira:

“Ilustre e caro amigo Professor Brasil Bandecchi.

Acabo de ler, neste descanso semanal de nossa fazenda em Luziânia, seu magnífico trabalho sobre “O Município no Brasil e sua função política” — e quero felicitá-lo.

É uma obra admirável e assunto pouco versado quer na sociologia, quer no Direito brasileiro, e no entanto o município é a origem de tudo quanto estruturalmente temos até hoje conseguido.

Muito mais importante do que os satrápias persas, o município, criação genial dos romanos, deve ser antes de tudo encarado como a base fundamental de uma carreira política, porque ele prepara o administrador para a solução de dificuldades maiores e crescentes.

Seu estudo foi para mim um prazer como há muito não usufruía, e quero por isso cumprimentá-lo efusivamente.

*Com um cordial abraço,
Juscelino Kubitschek."*

O 22 de agosto de 1976 marcou um dia infausto no que há de mais nobre nos sentimentos do povo brasileiro. Passados muitos dias, desse dia de luto nacional, me dispus a reler o volume das Memórias de Juscelino, que traz o sugestivo sub-título "A Experiência da Humildade". Suas memórias, onde prevalecem os traços de auto-biografia, não perdem nunca as características que fazem o verdadeiro memorialista, e que fixam a obra no plano dos documentos históricos.

Não é apenas um livro que fica por ser documento do mais alto valor, mas porque animado de uma forte vocação literária que cedeu lugar a uma vocação ainda mais forte, a da política. E esta vocação literária aflorou por inteiro no momento em que, afastado da vida pública, sentiu necessidade de deixar o seu testemunho para a posteridade, assim como que uma prestação de contas sem a técnica cansativa dos relatórios oficiais, prestação de contas que se completa com o livro "Porque Construí Brasília".

"Jean-Jacques Rousseau, no começo de suas 'Confissões', dizia que, ao soar a trombeta do Juízo Final, seriam elas o livro que traria nas mãos ao comparecer diante de Deus.

Não ergo a tão alto o meu propósito, escreve Juscelino. Inspira-me, isto sim, o desejo de recompor diante de meus patrícios, sem distinguir amigos de adversários, a vida que realmente vivi, na sua modéstia, nas suas lutas, e também nas suas vitórias. Estou convencido de que nosso destino, se em parte nos obedece, como um ato de vontade que de nós exclusivamente depende, também em parte nos escapa, no momento decisivo dos seus desígnios superiores. No entanto, sem nosso esforço profiado, dificilmente se cumpririam esses desígnios."

E encerra suas considerações vestibulares com estas palavras:

“Cada homem público, no termo de sua jornada, deve aos seus contemporâneos uma explicação — para lhes dizer de onde veio, como veio e ao que veio.

É essa a essência deste livro, sem que seu autor tenha perdido de vista, ao escrevê-lo, a verdade do versículo bíblico: *Deus dá ao humilde a honra da vitória.*”

A obra literária de Juscelino, sendo escrita para seus contemporâneos, é uma obra feita para a posteridade. Não há nenhum paradoxo na assertiva. Porque o homem que não for do seu tempo não pertence a tempo nenhum. Castro Alves é o mais vivo dos poetas brasileiros, porque foi o grito mais vibrante de um momento que se projetou na eternidade. Castro Alves pertenceu a “*aquele momento*” e “*aquele momento*” pertence à História. Do “Meu Caminho para Brasília”, o primeiro volume — “Experiência da Humildade”, é o que me encanta. Na biografia dos grandes homens o que mais me interessa são os primeiros e duros degraus que eles têm que galgar. A ascensão de um homem, entre lutas e sacrifícios, é algo de edificante.

Foi na empobrecida Diamantina que Juscelino nasceu, em 1902. E a lembrança mais longínqua que guardava era a do enterro de seu pai em 1905. Órfão, portanto, com três anos de idade. Pela maneira que descreveu seu pai, seguindo a tradição oral da família, dele herdou em boa parte o físico e o gênio. “Era um rapagão esbelto, dono de dentes perfeitos, gênio alegre, boêmio e, de certa forma, estouvado. Morria por uma serenata”. Além disso, era extrovertido e comunicativo. De sua mãe, Júlia Kubitschek de Oliveira herdou a força de vontade, a decisão, o espírito disciplinado e a coragem de enfrentar as dificuldades, fossem quais fossem. Viúva muito jovem, com pouco mais de 30 anos, ficaram-lhe para educar dois filhos, o futuro presidente da república, que até a idade de 12 anos andaria descalço por não ter sapatos para usar, e Maria Conceição Naná, com 4 anos.

Professora primária, com parentes bem situados, preferiu, entretanto, lutar sozinha, não por orgulho, mas por formação e temperamento. Ele mesmo explica:

“Nossa pobreza não era (...), pois, propriamente da origem, mas das circunstâncias. Restringiu-se ao âmbito da nossa pequena família, isto é, minha mãe e seus dois filhos, e foi também consequência da morte prematura de meu pai. Se o quisesse ou tivesse outro temperamento,

minha mãe poderia ter recorrido aos parentes. No entanto, ela se compenetra de uma noção especial do dever e se impunha a mais estrita disciplina.

Tinha dois filhos para criar (...) e iria criá-los custando o que custasse. Estava de pé antes do galo cantar. Acendia o fogo. Preparava o café. Em seguida, fazia o almoço. Depois de ter tudo em ordem, seguia para a escola (...).”

E Dona Júlia percorria, diariamente, uma distância de 9 quilômetros, para dar aulas e ganhar o sustento da pequena família, enquanto os filhos ficavam confiados aos cuidados de bondosa vizinha. E quando em idade escolar, foi com ela que os filhos fizeram o curso primário.

As dificuldades do ensino levaram-na a bater à porta do Seminário local, tendo o padre reitor sido bastante claro:

— Se ele deseja ser padre, terá tudo de graça.

Juscelino não queria ser padre. Mas, notando o desejo que o menino tinha de estudar, fez um pequeno desconto na mensalidade. Ao invés de pagar 50 mil réis, pagaria 40. D. Júlia ganhava 100 mil réis por mês e os estudos de Naná custavam também 40. Com os dois filhos na escola sobriaria bem pouco para as despesas.

D. Júlia começou a fazer suas contas. Pensou, pensou muito, e, por fim, sentenciou:

— Está bem, meu filho. Apertando um pouco dará para o Seminário.

O tempo passa e as dificuldades aumentam. Aos 15 anos começou a preparar-se para estudar Medicina, o que deveria fazer até aos 18. Quis arranjar um emprego.

“Percorri toda a cidade, de armazém em armazém, de loja em loja, de venda em venda. Não escolhia tarefa. E também não discutia ordenado. Estava disposto a tudo. Mas foi em vão. Esta experiência iria ajudar-me, muito tempo depois, na atividade política. Na campanha presidencial de 1955, ao abordar os problemas da juventude, vinha-me à lembrança aquela *via crucis* de um rapazinho pobre e sem proteção. Aprendi na própria carne (...) a dura lição de que as portas dos poderosos raramente estão abertas para os moços necessitados”.

Não arranjanho o emprego e tendo que esperar três anos para fazer preparatórios para o curso superior, resolveu fechar-se em casa e estudar o dia inteiro. A par disso, freqüentava uma pequena biblioteca da União Operária Diamantina. Nesses três anos aperfeiçoou o inglês que

aprendera no Seminário, estudou francês com Madame Louise, até que os percalços da febre amarela, que esvaziava colégios e enlutava famílias, fez com que no Senado fosse aprovado um projeto de “exames de emergência”, permitindo que os estudantes prestassem quatro exames de uma só vez. As provas eram em Belo Horizonte e como o primo João Kubitschek devia ir até a Capital, levou os papéis necessários e o dinheiro para a inscrição.

Uma oportunidade surge na vida do jovem Juscelino. Um edital publicado em *Minas Gerais* e lido pelo grande amigo da família, Dr. Álvaro da Mata Machado, abria concurso para 19 vagas de telegrafista da Agência Central de Belo Horizonte. Juscelino sempre que tinha uma folga ia até a Estação da Estrada de Ferro de Diamantina e treinava telegrafia ao ponto de, na falta do funcionário titular, substituí-lo, com o que ganhava algum dinheiro. Tudo estava em ir para Belo Horizonte inscrever-se e prestar concurso. Mas isto custava passagem de ida e volta e estada de um mês na Capital, o que exigia, com economia, 200 mil réis. D. Júlia vendeu a única jóia que possuía, um colar de ouro herdado de sua mãe, e com o dinheiro apurado o filho pôde viajar. Feito o concurso, voltou para Diamantina onde, durante seis meses, esperou o resultado, que afinal veio. Fora classificado em 19.º lugar. Devia, portanto, ser nomeado. Devia, mas não foi. Ou melhor, para sair a nomeação precisava fazer um estágio de um ano no serviço, sem ganhar um tostão. O Senador Mourão conseguiu que o estágio fosse em Diamantina. Não ganharia nada, mas estava em casa.

Eis que teve que voltar a Belo Horizonte para os exames preparatórios e desta vez não havia nada para vender. A viagem foi feita com dinheiro emprestado. Outras chamadas, outras viagens e as matérias vão sendo eliminadas. Há um tropeço em Geometria, que um outro exame conserta. Uma 2a. época, por assim dizer.

As viagens iam tornando-se tão despendiosas que seria mais barato ficar em Belo Horizonte.

Dois anos depois do concurso, em 1921, veio a esperada nomeação, que, aliás, dependeu de pedido político, em que entrou muita gente forte no meio.

E o futuro presidente ficou aliviado:

“A nomeação foi uma espécie de ‘Abre-te Sésamo’ para mim. Poderia permanecer em Belo Horizonte, sem maior sacrifício para minha mãe. E assim fazendo, concluiria meus preparatórios com facilidade e ingressaria na Faculdade de Medicina”.

Temos assim delineada, na própria obra, a formação de quem transpôs os primeiros decisivos momentos de sua vida, não tendo quase nada

e tendo quase tudo. Quase nada, porque pobre de bens materiais. Quase tudo, porque rico de apoio familiar.

Nesse período, o escritor faz surgir, naturalmente e como parte integrante de sua vida, duas pessoas sem as quais a obra perderia quase todo o seu conteúdo humano: D. Júlia, firme, austera, sempre pronta para uma solução mesmo que ela implicasse em sacrifício e sua irmã Naná, carinhosa, meiga e amiga como uma flor, suavizando os contratempos da caminhada. E, quando já no fim do seu curso de Medicina, conhece D. Sarah, a companheira firme e dedicada, para todas as horas, principalmente as amargas e incertas que não foram poucas, de acordo com o que Juscelino escreve no segundo volume de "Meu Caminho para Brasília".

A formatura, informa, foi para ele um divisor de águas. Encontra em seu cunhado, médico de boa clientela, esposo de Naná, um amigo, ou melhor, um amigo-irmão.

Em Belo Horizonte, fazia parte de um grupo que teria posição destacada na vida pública e cultural do país; entre estes, Pedro Nava que, ultimamente, vem se notabilizando como memorialista e Carlos Drummond de Andrade — "*franzino de corpo e tímido por temperamento*" — que iniciava, na época, sua fulgurante carreira literária. E quando em 1930 foi especializar-se em cirurgia em Paris, com o famoso Professor Chevassu, nas horas de folga dos estafantes estudos, seus amigos eram, entre outros, Leopoldo Fróis e Cândido Portinari. E quando prefeito de Belo Horizonte convidou o genial pintor paulista para decorar a Capela de São Francisco de Assis, em Pampulha, obra de sua administração. Portinari, ao invés de colocar o tradicional lobo ao lado de Francisco, achou mais simpático, ou quem sabe mais brasileiro, pintar um cachorro. O Bispo D. Cabral achou um absurdo aquele cachorro e durante 17 anos a igreja não foi sagrada.

E o ilustre filho de Diamantina informa o desfecho do caso:

"Só em 1959, depois da designação de Dom José de Resende Costa para o arcebispado de Belo Horizonte, é que o problema pôde ser resolvido. Nessa ocasião já era presidente da República. Poucos dias após a ascensão de Dom João de Resende Costa, promovi um encontro com ele. Durante a conversa — que, por sinal, foi a mais cordial possível — expliquei ao novo arcebispo o caso da Igreja da Pampulha. Dom Resende Costa revelou-se profundamente compreensivo e vinte e quatro horas mais tarde procurou-me para me dar uma palavra definitiva a respeito. A igreja seria sagrada e um padre deveria ser designado para ali officiar missa".

Em Paris lembrou-se que Renan, conversando com Joaquim Nabuco, o aconselhou que estudasse a História, a grande mestra da vida. E, por

isso, procurou aprofundar-se no estudo dos grandes acontecimentos que levaram à Revolução Francesa.

“Empolgado — diz — pude compreender, finalmente, o que a subleção do povo francês havia representado para a Humanidade.

À medida em que eu avançava, esbatiam-se no esquecimento muitas das figuras que haviam sido objeto do meu fervor juvenil. Henrique IV, o cavaleiro audaz de Navarra, e Luís XIV, o autocrata que se movia numa corte de esplendor, dissipavam-se nas mesmas sombras em que se envolveram outros ídolos da minha mocidade. Embora cheios de grandezas, já pertenciam a um mundo que não mais seria ressuscitado.

Antes de deixar Diamantina, tocado pelo entusiasmo fácil da própria idade, acreditava no poder miraculoso da espada, que havia criado tantas lendas de heroísmo para a França. Em Paris, porém, percebi que gradualmente derivava para a direção oposta. As conquistas realizadas pela violência são efêmeras e só servem para aumentar a galeria dos tiranos que figuram na História. Napoleão, indagado sobre qual das suas batalhas lhe daria mais glória no futuro, respondeu sem hesitação: o Código Civil!”

E ali o jovem médico meditou profundamente sobre a política. Ele estava na “França que fora o grande palco, em que se jogara o destino do gênero humano. Os lugares santos da longa marcha de dois mil e quinhentos anos — que fez da liberdade o símbolo de uma nova ordem social — ali estavam, naquela cidade alegre, e ao mesmo tempo severa, dentro de cujos muros” ele se preparava para a vida.

E numa quase profissão de fé:

“Esse contato com a História robusteceu o amor pela liberdade e o sentimento democrático, que me eram instintivos. Fez com que minha fé na Democracia aprofundasse ainda mais suas raízes e minha formação espiritual se consolidasse num sentido nitidamente liberal. Compreendi que as nações, contrariando o Direito das Gentes, não poderiam ser organizadas, tendo em vista a hegemonia das minorias ou classes e que o direito das elites — mesmo quando estas se constituem através de permanentes processos de seleção e aprimoramento — não deveria prevalecer sobre as aspirações da comunidade, consideradas como um todo.

Para que um governo pudesse ser realmente representativo teria que haurir o conteúdo ideológico nas aspirações das grandes massas anônimas. Lincoln compreendeu a enorme significação de participação do povo na condução dos destinos das nações. Dessa forma, ao pronunciar o seu famoso Gethysbug Addres, procurou emprestar maior amplitude à definição da Democracia, feita por Péricles. Ao invés de ser apenas o

governo para o povo, vindo de cima para baixo, a Democracia deveria constituir, sobretudo, o *governo do povo, pelo povo e para o povo*, mas num sentido global, participacionista, comunitário.

O estadista norte-americano inverteu as origens do poder. Retirara-lhe o odioso caráter de coisa outorgada e lhe conferira a legitimidade, que só o sentimento popular proporciona.

Ao fortalecer estas convicções, que abriram para mim o horizonte político, eu mal poderia imaginar que, inconscientemente, me preparava para a tarefa que o destino me reservaria, no futuro, de importância vital para o meu país — a defesa da Democracia”.

Quando São Paulo, em 1932, lutava pela Constitucionalização do país, Juscelino era capitão-médico da Força Pública Mineira e trabalhava nos hospitais de sangue. Como Presidente da Nação, aqui estive em 1957 e na Praça da República, onde caíram os primeiros soldados da nobre causa, com São Paulo memorou o jubileu do movimento.

E no dia 9 de julho de 1956 enviou ao povo paulista diretamente do Palácio do Catete, através da Televisão Tupi, a seguinte saudação, com a qual encerro este artigo:

“Nove de Julho é uma grande data de São Paulo e do Brasil ao mesmo tempo. Pois é uma data que nos faz recordar um acontecimento de São Paulo em proveito e a serviço do Brasil. Uma das mais altas e valiosas contribuições do povo paulista para a elevação do nível político e para o aperfeiçoamento da vida pública de todo o povo brasileiro.

É com uma sincera emoção que me dirijo hoje ao povo de São Paulo, não só para fazer uma saudação nessa data comemorativa, vibrante de sentimento cívico e estuante de conteúdo histórico, mas também para testemunhar-lhe o reconhecimento e a gratidão que todos nós devemos aos que sabem empunhar suas armas e sacrificar suas vidas em defesa dos eternos princípios da liberdade e da democracia.

Sim, a Revolução Constitucionalista de 1932, como a vemos hoje, foi desencadeada com este objetivo: restaurar a ordem legal, fazer reingressar o Brasil no regime da Constituição, e sob o império de uma legislação preparada e executada pelos legítimos representantes da vontade popular. Em suma: a causa que erguestes no dia nove de julho de 1932 foi a da bandeira da legalidade. E compreendo, em plenitude, todo o significado e toda a grandeza do vosso gesto, brasileiros de São Paulo, porque foi também esta bandeira da legalidade que me coube defender, resguardar e conduzir até a vitória, na campanha eleitoral de 1955.

A Revolução Constitucionalista aberta em São Paulo a 9 de julho de 1932 é um acontecimento que já atravessou as portas do tempo comum para penetrar na perenidade da História.

Foi uma daquelas causas pelas quais os homens podem viver com dignidade e morrer com grandeza.

E nesta data, ao fazer esta saudação, como brasileiro e como Presidente da República, posso dizer ao povo de São Paulo que o espírito de 9 de julho está vitorioso e assegurado nestes princípios hoje vigorantes: o domínio e império da legalidade; o regime democrático em perfeito funcionamento; as instituições íntegras; a Constituição intocada e inviolável”.